



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Prêmios e Apostas
Subsecretaria de Autorização
Coordenação-Geral de Autorização de Apostas

Brasília, 14 de outubro de 2024

PARECER Nº 0596/2024/SIGAP/MF

Nos termos da Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), este documento contém dados pessoais, informações relacionadas à pessoa natural identificada, para os quais devem ser assegurados a guarda, sigilo e tratamento adequados.

Trata-se do Requerimento de Autorização nº **0062/2024**, apresentado pela **SELECT OPERATIONS LTDA., sociedade limitada**, CNPJ **56.875.122/0001-86**, para atuar como agente operador de apostas no território nacional, visando à exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e na Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024.

Em observância ao art. 7º da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, o requerimento de autorização apresentado é acompanhado de documentos que pretendem comprovar a: i) habilitação jurídica; ii) regularidade fiscal e trabalhista; iii) idoneidade; iv) qualificação econômico-financeira; e v) qualificação técnica.

ANÁLISE TÉCNICA DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

O presente Parecer tem por objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos no art. 8º da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, que condiciona o reconhecimento da habilitação jurídica da pessoa jurídica requerente à apresentação dos seguintes documentos:

I – Requerimento de autorização

A pessoa jurídica acima qualificada pleiteia **uma** licença de autorização para exploração de três marcas, a saber, MMABET, PAPI GAMES e IN2BET, para a(s) modalidade(s) de **temática esportiva e jogos on-line conjuntamente e virtual e física conjuntamente**

O requerimento de autorização apresentado segue o modelo constante do Anexo I da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, tendo sido assinado digitalmente pelo **Representante Legal** da requerente **CARLOS ANISIO PEREIRA BORGES** CPF: **██████████.096.234-██████████**.

II – Formulário de identificação dos controladores, dos detentores de participação qualificada, dos administradores e dos beneficiários finais (Anexo II): O formulário apresentado segue o modelo constante do Anexo II da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

Identificação dos Principais Sócios/Acionistas:

De acordo com a documentação apresentada, o capital social da **requerente** está distribuído da seguinte forma (para controladores, detentores de participação qualificada e beneficiários finais):

Sócio/Acionista	Categoria	Personalidade	País	Participação societária (%)	CNPJ ou Documento
CARLOSANISIO PEREIRA BORGES	representante legal, controlador ou integrante do grupo de controle, detentor de participação qualificada, beneficiário final, administrado	Pessoa natural	Brasil	25%	096.234
SELECT SOLUCOES E MARKETING LTDA	Controlador Direto	Pessoa jurídica	Brasil	75%	56.387.922/0001-58
HLD JT PARTICIPACOES LTDA	Participação qualificada Direta	Pessoa jurídica	Brasil	20%	52.719.867/0001-42
IGOR REIS DOS SANTOS	Participação qualificada Indireta e Benef. final	Pessoa natural	Brasil	26%	459.027
ROBERTO LUCAS MARIZ DE CAMPOS	Participação qualificada Indireta e Benef. final	Pessoa natural	Brasil	25%	023.967
ERNILDO JUNIOR DE FARIAS SANTOS	Participação qualificada Indireta e Benef. final	Pessoa natural	Brasil	14%	599.264
DIOMARTEDEU DANTAS DE FARIAS	Participação qualificada Indireta e Benef. final	Pessoa natural	Brasil	14%	555.594

Beneficiários finais:

Sócio/Acionista	Categoria	Personalidade	País	Participação societária (%)	CNPJ ou Documento
IGOR REIS DOS SANTOS	Participação qualificada Indireta e Benef. final	Pessoa natural	Brasil	26%	459.027
ROBERTO LUCAS MARIZ DE CAMPOS	Participação qualificada Indireta e Benef. final	Pessoa natural	Brasil	25%	023.967
ERNILDO JUNIOR DE FARIAS SANTOS	Participação qualificada Indireta e Benef. final	Pessoa natural	Brasil	14%	599.264
DIOMARTEDEU DANTAS DE FARIAS	Participação qualificada Indireta e Benef. final	Pessoa natural	Brasil	14%	555.594

Atendimento à exigência constante do § 1º do art. 7º da Lei nº 14.790, de 2023:

Todos os sócios, controladores e beneficiários finais da requerente são brasileiros

A estrutura de participação societária da requerente está definida no CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, SELECT OPERATIONS LTDA, CLÁUSULA V - DO CAPITAL.

III – formulário cadastral dos controladores e dos detentores de participação qualificada (pessoas jurídicas): Os formulários apresentados abrangem todas as pessoas jurídicas de que trata o inciso III do art. 8º da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, e seguem o modelo constante do Anexo III. Os controladores e dos detentores de participação qualificada (pessoas jurídicas) foram referidos no item II deste documento.

IV – Formulário cadastral do representante legal, dos controladores, dos detentores de participação qualificada, dos beneficiários finais e dos administradores (pessoas naturais): Os formulários apresentados abrangem todas as pessoas naturais de que trata o inciso IV do caput do art. 8º da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, e seguem o modelo constante do Anexo IV. As pessoas naturais estão descritas no item II.

V – Formulário cadastral das instituições financeiras e de pagamento:

Os formulários apresentados seguem o modelo constante do Anexo V da Portaria SPA /MF nº 827, de 2024. Foram elencadas as seguintes instituições que prestarão serviços financeiros à pessoa jurídica requerente:

instituição de pagamento: Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento [S.A.](#), CNPJ: [40.473.435/0001-78](#).

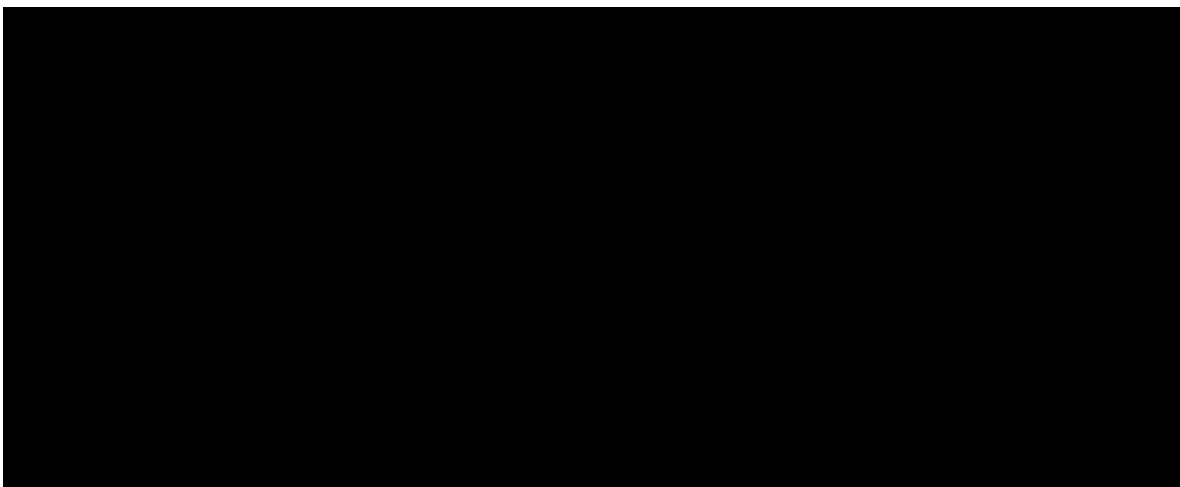
Tendo por base o art. 13 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, foi solicitada à requerente, por meio do Sigap, o envio de informações ou documentos complementares para este requisito.

VI – Declaração de observância às regras gerais relativas às transações de pagamento: Os formulários apresentados abrangem todas as instituições elencadas no item V acima e seguem o modelo constante do Anexo V da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

VII – Certidões emitidas pelo Banco Central do Brasil: As certidões apresentadas atestam que, na data de protocolo do requerimento de autorização, todas as instituições elencadas no item V, estavam autorizadas e em atividade e não submetida a regime de intervenção, administração especial temporária ou liquidação extrajudicial pelo Banco Central do Brasil, nos segmentos “instituição financeira” ou “instituição de pagamento”.

VIII – Contrato social ou estatuto:

Foi apresentado o CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, registrado na Junta Comercial da Paraíba sob o nº 25201239923, em 16/08/2024, com o objeto principal da Sociedade de exploração de apostas de quota fixa (CNAE 9200-3/99).



IX – Ato societário que deliberou a eleição ou nomeação dos administradores:

A estrutura administrativa e a nomeação dos administradores está definida na Cláusula VIII do Contrato Social referido.

Definição de sócios-administradores.

Definidas na cláusula VIII do contrato social, as áreas de atuação e seus responsáveis:

1. ANDERSON DA SILVA VALENTIM: Área contábil e financeira;
2. CARLOS ANISIO PEREIRA BORGES: Integridade e compliance;
3. PYERRE SAYMON DE MELO SILVA: atendimento aos apostadores e relacionamento com o Ministério da Fazenda.

Demais áreas:

1. LAESTON JOSE SILVA PINTO: Tratamento e segurança de dados pessoais;

2. IGOR REIS DOS SANTOS: Segurança operacional do sistema de apostas;

X – Ato de outorga de poderes ao representante legal da pessoa jurídica requerente: O Contrato Social, indica os sócios diretores acima para a representação ativa e passiva da Sociedade, em sua Cláusula VIII.

XI – Comprovante de endereço principal da pessoa jurídica requerente: O endereço principal declarado no Requerimento de Autorização (Anexo I) coincide com o informado no Contrato Social, e com o endereço do comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

XII – cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ: O cartão de inscrição no CNPJ confirma que a pessoa jurídica requerente se encontra em situação cadastral ativa, data da situação cadastral de 16/08/2024, tendo registrado como atividade econômica principal o CNAE 9200-3/99, “Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente” e diversas outras atividades secundárias.

XIII – organograma interno da pessoa jurídica requerente: O documento apresentado mostra e descreve as principais competências de cada área e faz referência ao componente de ouvidoria e ao canal específico para atendimento às demandas de órgãos públicos, em observância ao inciso V do art. 7º e ao art. 37 da Lei nº 14.790, de 2023.

XIV – estrutura organizacional do grupo econômico: Tendo por base o art. 13 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, foi solicitada à requerente, por meio do Sigap, o envio de informações ou documentos complementares para este item.

CONCLUSÃO

A análise técnica da documentação que acompanha o Requerimento de Autorização nº **0062/2024**, apresentado pela **SELECT OPERATIONS LTDA.**, CNPJ **55.943.101/0001-98**, permite concluir que os requisitos exigidos no art. 8º da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, foram atendidos parcialmente, relativos à habilitação jurídica da pessoa jurídica requerente.

A análise técnica final será realizada após o envio da documentação complementar pela requerente, ficando o reconhecimento de sua habilitação jurídica condicionado ao atendimento adequado e tempestivo das exigências constantes da Notificação encaminhada por meio deste SIGAP em 14 de outubro de 2024.

Diante do exposto, sugere-se que as conclusões do presente Parecer Técnico sejam utilizadas como subsídio às demais manifestações da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, inclusive para atendimento ao § 1º do art. 3º da Portaria Interministerial MF/MESP/AGU nº 28, de 22 de maio de 2024.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Prêmios e Apostas
Subsecretaria de Autorização
Coordenação-Geral de Autorização de Apostas

Brasília, 16 de dezembro de 2024

PARECER Nº 1000/2024/SIGAP/MF

Nos termos do Art. 15 da Portaria MF/SPA nº 827, de 2024, não são conhecidos documentos encaminhados por outro meio que não o Sistema SIGAP, ressalvado o disposto § 2º do mesmo artigo.

Trata-se de análise complementar do **Requerimento de Autorização nº 0062/2024, apresentado pela SELECT OPERATIONS LTDA, CNPJ: 56.875.122/0001-86**, para atuar como agente operador de apostas no território nacional, visando à exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e na Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024.

ANÁLISE TÉCNICA DA HABILITAÇÃO JURÍDICA.

Por meio do **Parecer nº 0596/2024/SIGAP/MF, de 14 de outubro de 2024**, foi realizada a análise técnica preliminar da documentação que acompanha o Requerimento de Autorização de pessoa jurídica acima qualificada.

Nos termos do art. 13 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, a SPA/MF notificou a requerente, por meio do SIGAP, a apresentar informações ou documentos complementares para sanar as pendências identificadas no Processo.

Assim, o presente Parecer tem por objetivo avaliar a documentação complementar apresentada pela requerente, relativa ao **art. 8º da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024**, limitando-se aos requisitos condicionantes de **habilitação jurídica** em que foram identificadas pendências ou inconsistências, constantes dos incisos abaixo:

V – Formulário cadastral das instituições financeiras e de pagamento: adicionalmente à instituição de pagamento apresentada no item V do parecer anteriormente referido, a requerente juntou o ANEXO V, subscrito pela Requerente e por [REDACTED], contendo a descrição de serviço prestado “custodiar títulos públicos federais”, para que a pessoa jurídica requerente possa constituir reserva financeira, nos termos do art. 9º, da Portaria SPA/MF nº 615, de 16 de abril de 2024. Ainda, conforme declaração, a instituição [REDACTED] é participante do Sistema da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), sendo capaz, segundo a Requerente e a Instituição de prover o serviço de reserva financeira.

VI – Declaração de observância às regras gerais relativas às transações de pagamento: os formulários apresentados abrangem as instituições elencadas no item V acima e seguem o modelo constante do Anexo V da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

VII – certidões emitidas pelo Banco Central do Brasil: as certidões apresentadas atestam que, na data de protocolo do requerimento de autorização, todas as instituições elencadas no item V, estavam autorizadas e em atividade e não submetida a regime de intervenção, administração especial temporária ou liquidação extrajudicial pelo Banco Central do Brasil, nos segmentos “instituição financeira” ou “instituição de pagamento”.

XIV – estrutura organizacional do grupo econômico: documento apresentado mostra a estrutura apresentada no item II do parecer anteriormente referido (EGE147)

CONCLUSÃO

A análise técnica da documentação complementar encaminhada pela requerente em resposta à notificação da SPA/MF permite concluir que os requisitos exigidos no **art. 8º** da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, foram atendidos, relativos à **habilitação jurídica** da pessoa jurídica requerente anteriormente qualificada.

Diante do exposto, sugere-se que as conclusões do presente Parecer Técnico sejam utilizadas em conjunto com o **parecer anteriormente referido** como subsídio ao parecer final da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Prêmios e Apostas
Subsecretaria de Autorização
Coordenação-Geral de Autorização de Apostas

Brasília, 18 de novembro de 2024

PARECER Nº 0883/2024/SIGAP/MF

Nos termos a Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), este documento contém dados pessoais, ou informações relacionadas à pessoa natural identificada, para os quais devem ser assegurados a guarda, sigilo e tratamento adequados.

Trata-se do Requerimento de Autorização nº **0062/2024**, apresentado pela **SELECT OPERATIONS LTDA, Sociedade Empresária Limitada, CNPJ 56.875.122/001-86**, para atuar como agente operador de apostas no território nacional, visando à exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e na Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024.

Em observância ao art. 7º da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, o requerimento de autorização apresentado é acompanhado de documentos que pretendem comprovar a: i) habilitação jurídica; ii) regularidade fiscal e trabalhista; iii) idoneidade; iv) qualificação econômico-financeira; e v) qualificação técnica.

ANÁLISE TÉCNICA DA IDONEIDADE:

O presente Parecer tem por objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos no art. 10 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, que condiciona o reconhecimento da idoneidade da pessoa jurídica requerente à apresentação dos seguintes documentos:

I – no caso da pessoa jurídica requerente:

a) declaração de reputação ilibada:

A declaração apresentada pelo representante legal da pessoa jurídica requerente segue o modelo constante do Anexo VI da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

b) certidão negativa correcional, emitida pela CGU:

A Certidão Negativa apresentada certifica que, na data de protocolo do requerimento de autorização, não constavam registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ da pessoa jurídica requerente, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União.

c) certidão negativa de licitantes inidôneos e inabilitados, emitida pelo TCU:

A Certidão Negativa apresentada, emitida pelo Tribunal de Contas da União, certifica que, na data de protocolo do requerimento de autorização, a pessoa jurídica requerente não

o constava da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal.

II – no caso dos controladores e detentores de participação qualificada (pessoas jurídicas):

a) declaração de reputação ilibada:

As declarações apresentadas abrangem os controladores e os detentores de participação qualificada, pessoas jurídicas, e seguem o modelo constante do Anexo VI da Portaria SPA /MF nº 827, de 2024.

b) declaração da origem lícita dos recursos que compõem o capital social:

As declarações apresentadas abrangem os controladores e os detentores de participação qualificada, pessoas jurídicas, e seguem o modelo constante do Anexo VIII da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

III - no caso dos controladores, detentores de participação qualificada, beneficiários finais, administradores e responsável legal (pessoas naturais):

a) declaração de reputação ilibada:

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

Assim, no que diz respeito a essa e as demais declarações apresentadas pelas pessoas naturais e exigidas pela Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, seguem o modelo constante de seu Anexo VII.

b) declaração da origem lícita dos recursos que compõem o capital social da pessoa jurídica requerente:

As declarações apresentadas abrangem todas as pessoas naturais exigidas pela Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, e seguem o modelo constante de seu Anexo VIII.

c) certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Polícia Federal:

As certidões apresentadas certificam que, na data de sua emissão, não constava condenação com trânsito em julgado no Sistema Nacional de Informações Criminais, em nome de pessoas naturais relacionadas com a pessoa jurídica requerente, que se enquadram no inciso III do caput do art. 10 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

d) certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Polícia Civil:

O Doc. CPC094 refere-se a um pedido de prorrogação de prazo para envio da certidão policial em relação ao Sr. Laeston José Silva Pinto, CPF [REDACTED].333.181-[REDACTED], ao que foi entregue com o Doc. CPC 153.

As certidões apresentadas certificam que, na data de sua emissão, não constava registro de antecedentes criminais nos sistemas informatizados da Polícia Civil, em nome das pessoas naturais relacionadas com a pessoa jurídica requerente, que se enquadram no inciso III do caput do art. 10 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024. No caso do beneficiário final estrangeiro, os documentos apresentados certificam a ausência de registro criminal em seu país de origem.

e) certidões expedidas pelas Justiças federal e estadual ou do Distrito Federal e Territórios:

[REDACTED], não sendo relacionada ou similar às situações descritas no art.10, III, e, da Portaria SPA/MF 827/2024.

As certidões apresentadas, portanto, certificam que, na data de sua emissão, não constavam processos de classes cíveis e criminais, em tribunais federais e estaduais, contra as pessoas naturais relacionadas com a pessoa jurídica requerente, que se enquadram no inciso III do caput do art. 10 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024. No caso do beneficiário final estrangeiro, os documentos apresentados certificam a ausência de registro criminal em seu país de origem.

CONCLUSÃO

A análise técnica da documentação que acompanha o Requerimento de Autorização nº **0062/2024**, apresentado pela **SELECT OPERATIONS LTDA, Sociedade Empresária Limitada, CNPJ 56.875.122/001-86**, permite concluir que os requisitos exigidos no art. 10 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, **foram atendidos**, relativos à idoneidade da pessoa jurídica requerente.

Não obstante, o Requerente deverá atualizar e encaminhar novas certidões negativas, quando do atendimento ao art. 14 da Portaria SPA/MF 827/2024.

Por oportuno, atente-se que o atendimento ao art. 14 da Portaria SPA/MF 827/2024 deverá ser integral, no que tange à Idoneidade. Considerar, ainda, a entrega da declaração de origem lícita dos recursos que compõem o capital social de que tratam as alíneas "b" do inciso II e "b" do inciso III do caput do art. 10 (Art. 14, inciso III, da Portaria SPA/MF 827/2024).

Diante do exposto, sugere-se que as conclusões do presente Parecer Técnico sejam utilizadas como subsídio às demais manifestações da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, inclusive para atendimento ao § 1º do art. 3º da Portaria Interministerial MF/MESP/AGU nº 28, de 22 de maio de 2024.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Prêmios e Apostas
Subsecretaria de Autorização
Coordenação-Geral de Autorização de Apostas

Brasília, 16 de dezembro de 2024

PARECER N° 0997/2024/SIGAP/MF

Este documento contém dados pessoais ou informações relacionadas à pessoa natural identificada, para os quais devem ser assegurados a guarda, sigilo e tratamento adequados nos termos da Lei n° 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), de 14 de agosto de 2018.

Trata-se do Requerimento de Autorização n° 0062/2024, apresentado pela **SELECT OPERATIONS LTDA, Sociedade Empresária Limitada, CNPJ 56.875.122/001-86**, para atuar como agente operador de apostas no território nacional, visando à exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, em conformidade com o disposto na Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na Lei n° 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e na Portaria SPA/MF n° 827, de 21 de maio de 2024.

ANÁLISE TÉCNICA COMPLEMENTAR DA IDONEIDADE

Por meio do **Parecer n° 0883/2024/SIGAP/MF, de 18 de novembro de 2024**, foi realizada a análise técnica preliminar dos requisitos exigidos no art. 10 da Portaria SPA/MF n° 827, de 2024, que visam avaliar a idoneidade da pessoa jurídica requerente. Na oportunidade, concluiu-se que os requisitos estabelecidos na referida Portaria, relativos à idoneidade da Select Operations Ltda., foram atendidos.

Neste Parecer n.º 0882/2024, foram mencionadas duas Notas Técnicas que a Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização (SMF/SPA/MF) elaborou, contendo pareceres complementares de investigação sobre idoneidade. São elas:

- 1) Nota Técnica SMF 3240, de 22 de outubro de 2024.
- 2) Nota Técnica SMF, de 08 de novembro de 2024.

Ambas estão adicionadas como documentação complementar em “Notas Explicativas”, de 16 de dezembro de 2024.

As notas técnicas são pareceres da SMF/SPA/MF e, no que diz respeito aos documentos por ela analisados, são consideradas conclusivas para o exame da idoneidade.

Posteriormente à conclusão do **Parecer n° 0883/2024/SIGAP/MF, de 18 de novembro de 2024**, a SMF/SPA/MF encaminhou Despacho para a Subsecretaria de Autorização (SAT/SPA/MF), no Processo SEI n° 19995.008045/2024-81. Trata-se de Despacho datado de 05 de dezembro de 2024, que diz:

1. Trata-se do Despacho referente à uma nova análise de idoneidade referente à pessoa jurídica SELECT OPERATIONS LTDA, CNPJ 56.875.122/0001-86.

2. No dia 26 de novembro do corrente ano, a Coordenação-Geral de Monitoramento de Lavagem de Dinheiro e Afins recebeu da Polícia Federal resposta ao Ofício 71874 (46650751), anexado ao Processo SEI 19995.007871/2024-11.

3. O referido Ofício solicita à Polícia Federal informações sobre eventuais investigações criminais que possam macular a idoneidade dos sócios e da própria pessoa jurídica supracitada.

4. O relatório (46852687), mostra uma rede ampla e complexa sobre as ligações da referida pessoa jurídica com outras empresas.

5. Porém, o documento da Polícia Federal não aponta informações conclusivas que possam desabonar a idoneidade da pessoa jurídica e de seus responsáveis.

6. Diante dos fatos, a Coordenação-Geral de Monitoramento de Lavagem de Dinheiro, em consonância com a Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, mantém seu parecer (Nota Técnica 3360 (46123207) - anexada a este Processo), e s.m.j., não se opõe a aprovação da idoneidade da SELECT OPERATIONS LTDA, CNPJ [56.875.122/0001-86](https://cnpj.receita.fazenda.gov.br/consultar-cnpj/56875122000186).

O Parecer da SMF/SPA/MF foi pela manutenção da aprovação da idoneidade da pessoa jurídica requerente, com o apontamento do Sr. Subsecretário, que fez uma ressalva quanto ao procedimento final de conclusão do processo SIGAP:

De acordo. Encaminho para análise da Subsecretaria de Autorização, com a sugestão de que se observe os apontamentos feitos pela Polícia Federal quando da análise dos documentos referentes ao cumprimento do artigo 14, da Portaria SPA/MF 827/2024. Documento assinado eletronicamente FABIO MACORIN

O Despacho SMF/SPA/MF, de 05 de dezembro de 2024, encontra-se anexado ao presente processo, como documentação complementar, em “Notas Explicativas”, de 16 de dezembro de 2024. As conclusões da SMF/SPA/MF são parte integrante e conclusivas do Parecer de Idoneidade.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, sopesados os fatos novos supramencionados trazidos no Despacho SAT/SPA/MF, processo SEI nº 19995.008045/2024-81, juntado em 05 de dezembro de 2024, **considera-se que os requisitos estabelecidos na referida Portaria, relativos à idoneidade da Select Operations Ltda., foram atendidos, de forma preliminar, devendo-se concluir a análise após o procedimento previsto no artigo 14, da Portaria SPA/MF n. 827/2024.**

Por fim, sugiro que as conclusões do presente Parecer Técnico sejam utilizadas como subsídio ao parecer final da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Prêmios e Apostas
Subsecretaria de Autorização
Coordenação-Geral de Autorização de Apostas

Brasília, 4 de abril de 2025

PARECER Nº 0219/2025/SIGAP/MF

**PARECER TÉCNICO DE DOCUMENTOS RELATIVOS AO ART. 14, INCISO
III — 2ª Parte, ORIGEM DOS RECURSOS — DA PORTARIA SPA/MF nº 827/2024**

Este documento contém informações protegidas pelo sigilo bancário e fiscal e informações protegidas pela Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e é destinado exclusivamente às partes autorizadas. É proibida qualquer divulgação, reprodução ou uso não autorizado das informações aqui contidas, sob pena de responsabilidade legal.

Trata-se de análise do Requerimento de Autorização nº 0062/2024, apresentado pela **SELECT OPERATIONS LTDA, Sociedade Empresária Limitada**, CNPJ [56.875.122/0001-86](#), para atuar como agente operador de apostas no território nacional, visando à exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e na Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024.

ANÁLISE TÉCNICA DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART. 14

A pessoa jurídica requerente foi notificada a apresentar, nos termos do art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, os seguintes comprovantes, no prazo de até trinta dias, contado da data de notificação para pagamento:

I - pagamento pela outorga de autorização de que trata o inciso I do caput art. 5º, observado o disposto no art. 16;

II - constituição da reserva financeira de que trata o inciso III do caput do art. 11;

III - integralização em moeda corrente do capital social mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de que trata o inciso IV do caput do art. 11, assim como a declaração de origem lícita dos recursos que compõem o capital social de que tratam as alíneas "b" do inciso II e "b" do inciso III do caput do art. 10;

IV - patrimônio líquido mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de que trata o inciso V do caput do art. 11;

V - certificado técnico de que trata o inciso I do caput do art. 12, no caso das pessoas jurídicas requerentes que tenham apresentado o protocolo de solicitação; e

VI - implantação do sistema de atendimento aos apostadores de que trata o inciso III do caput do art. 12.

ANÁLISE TÉCNICA DO ATENDIMENTO AO REQUISITO DO ART. 14, INCISO III, 2ª PARTE — Origem lícita dos recursos

O presente Parecer Técnico visa - nos limites da competência prevista na alínea “c” do inciso I do art. 56 do Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024, isto é, não tendo este procedimento natureza fiscalizatória - analisar o atendimento do requisito de apresentação de documentação pertinente à origem lícita dos recursos que compõem o capital social da pessoa jurídica requerente de que trata o Art. 14, inciso III, 2ª parte, da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

Importante registrar que a análise técnica conduzida pela SPA/MF no âmbito deste Parecer não compartilha de competências legais para a condução de investigação atribuídas às autoridades policiais, judiciais ou fiscais.

Adicionalmente aos documentos adicionais apresentados em virtude da notificação de comprovação do art. 14, o § 2º do art. 10 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, que faz previsão de apresentação de documentação referente à idoneidade dos agentes, estabelece que a pessoa jurídica requerente deve manter à disposição da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda os documentos que comprovem a declaração da origem dos recursos de que tratam as alíneas “b” do inciso II e “b” do inciso III do art. 10 da Portaria referida.

Não obstante a ausência de atribuição investigativa no âmbito do procedimento de autorização, a SPA/MF, no limite de suas competências e tendo em vista o dever de cautela decorrente do art. 5º da Lei 14.790, de 2023, exigiu:

- a) que todas as pessoas naturais e jurídicas de que tratam os incisos II e III do *caput* do art. 10 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, incluídos os beneficiários finais, mesmo se estrangeiros, apresentassem declaração de origem lícita dos recursos, seguindo o modelo constante do Anexo VIII daquela Portaria; e
- b) por meio do Informe SPA nº 0002/2024, anexo a este Processo SIGAP, que as pessoas jurídicas requerentes apresentassem detalhamento da documentação para atendimento dos requisitos constantes do art. 14 da referida Portaria.

No caso do art. 14, inciso III, 2ª parte, da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024 (documentação pertinente à origem lícita dos recursos que compõem o capital social da requerente) - objeto do presente Parecer Técnico - as exigências adicionais para o detalhamento citado, de acordo com o Informe SPA nº 0002/2024 foram:

1) Relatório assinado digitalmente pelo representante legal da pessoa jurídica requerente com as seguintes informações: a) pessoas naturais (nome, CPF) e jurídicas (denominação social, CNPJ) que aportaram, de forma direta, recursos financeiros na pessoa jurídica requerente para viabilizar a integralização do capital social total, abrangendo inclusive valores que excedam R\$ 30 milhões e valores integralizados em exercícios anteriores; b) valor total em reais integralizado por cada pessoa natural e jurídica de que trata o item “a”; c) descrição da origem dos recursos aportados por cada pessoa natural e jurídica responsável pela integralização do capital social de que trata o item “a”; e d) descrição de outras fontes de recursos utilizadas pela pessoa jurídica requerente para integralização do capital social; e

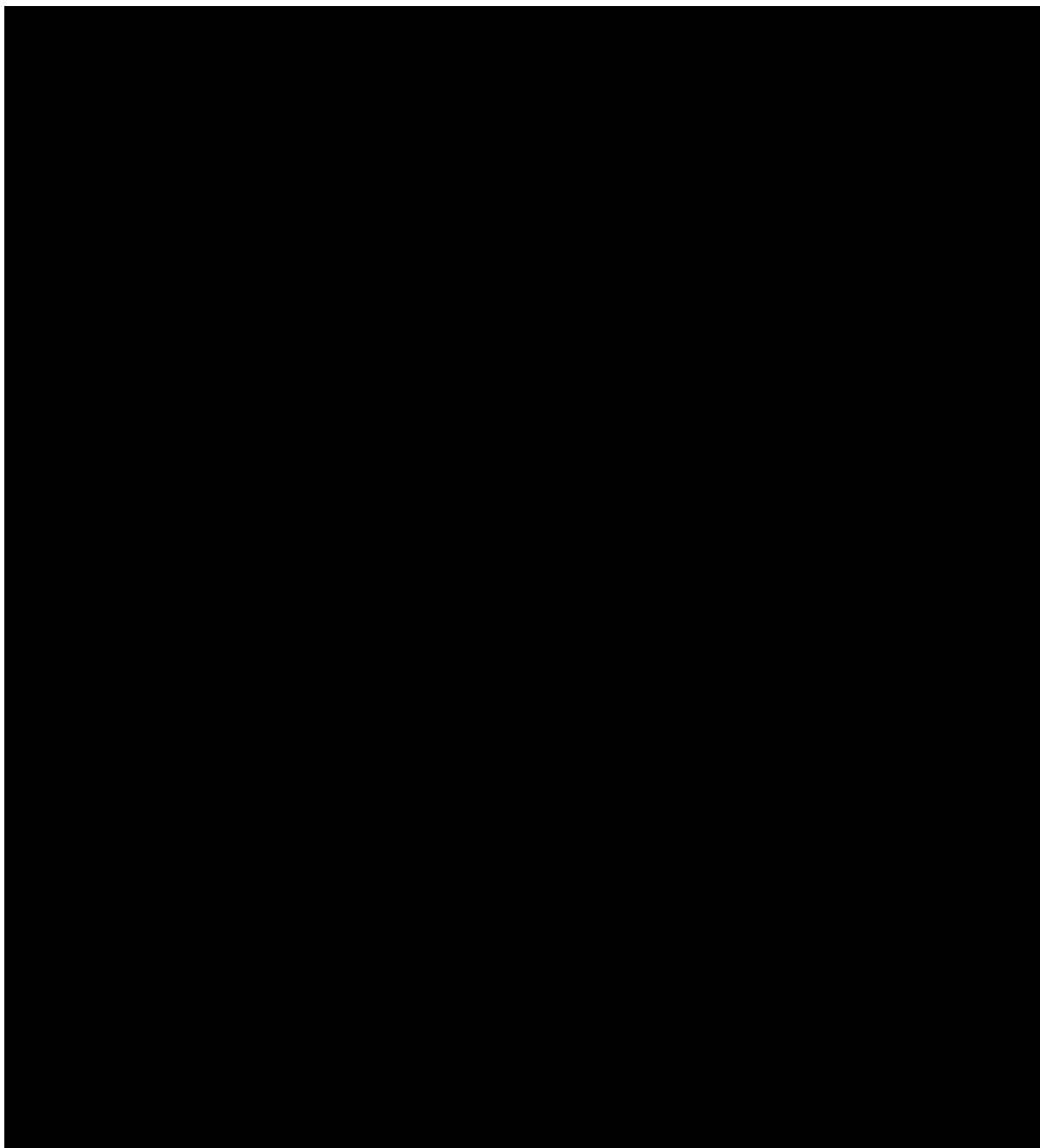
2) Apresentação dos documentos adicionais: a) Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física do último exercício (DIRPF) das pessoas naturais que possuem participação direta ou indireta igual ou superior a dez por cento do capital social da pessoa jurídica requerente, limitada às pessoas naturais que figuram na segunda instância da cadeia societária. No caso de pessoas naturais estrangeiras, apresentar documentos equivalentes,

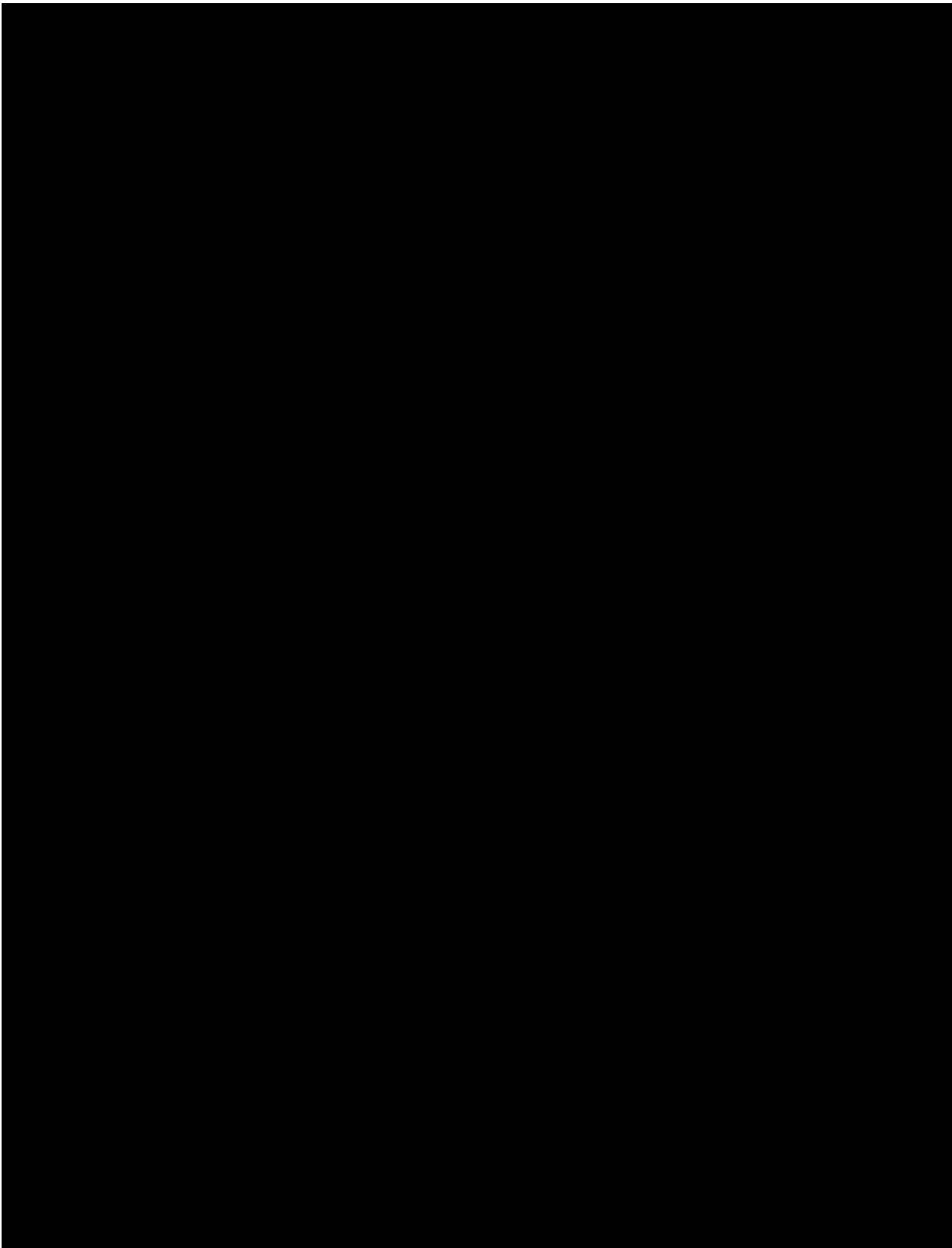
observado o disposto no item 2 do Tópico VI - Orientações Finais; e b) extrato bancário com movimentação dos últimos noventa dias da(s) conta(s) bancárias de titularidade da pessoa jurídica requerente que receberam recursos para integralização do capital social.

A exigência desta documentação tem por finalidade permitir que a SPA/MF, respeitados os limites de suas competências, analise o atendimento ao requisito documental de origem dos recursos com base na compatibilidade entre a capacidade econômico-financeira objetivamente disponível na documentação (sobretudo considerando os valores declarados do ponto de vista fiscal) e a participação do sócio ou acionista na integralização realizada pelo grupo econômico da requerente.

Feitos esses esclarecimentos, o presente Parecer tem por objetivo avaliar a documentação encaminhada pela Requerente em atendimento ao art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, e ao Informe SPA nº 0002/2024, anexo a este Processo SIGAP, com vistas à comprovação da origem lícita dos recursos que compõem o capital social, conforme a listagem abaixo:

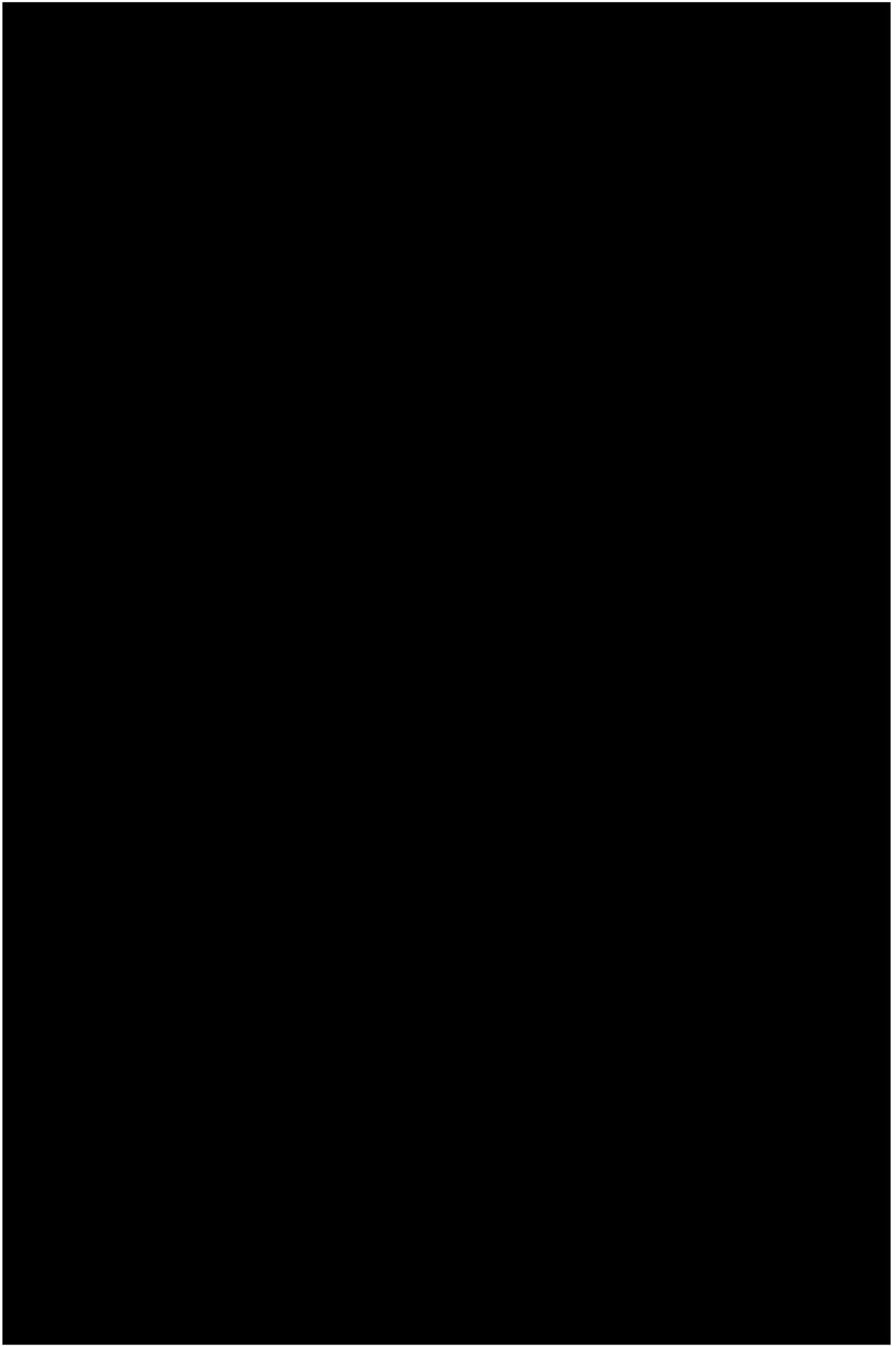
I – Relatório assinado pelo representante legal (Sigap CCS274)





II – Documentos complementares (Sigap)

[Redacted]



Declaração de origem lícita

Conforme reconhecido pelos itens correspondentes do **Parecer Técnico de Idoneidade 0 883/2024/SIGAP/MF, (doc. SIGAP PID182)**, as declarações de origem lícita dos recursos que compõem o capital social da Requerente foram apresentadas para todas as pessoas exigidas pela Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

CONCLUSÃO

A análise técnica da documentação apresentada pela Requerente, em resposta à notificação de pagamento prevista no art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, não identificou, dentro dos limites de competência deste procedimento, elementos capazes de afastar a presunção de veracidade legal atribuída ao declarado quanto à origem dos recursos que compõem o capital social da pessoa jurídica requerente, se aplicável. As declarações foram apresentadas conforme detalhado no Informe SPA nº 0002/2024 e incisos II e III do art. 10 da Portaria SPA/MF nº 827. Assim, concluiu-se que **foram atendidos** os requisitos documentais exigidos no art. 14, inciso III, 2ª parte (origem de recursos), da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, conforme detalhamento conferido a este tópico pelo Informe SPA nº 0002/2024.

O presente Parecer Técnico, sem caráter vinculante, pode ser utilizado, sem prejuízo de outros subsídios ou diligências adicionais julgadas necessárias pela autoridade competente, para o parecer final da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Prêmios e Apostas
Subsecretaria de Autorização
Coordenação-Geral de Autorização de Apostas

Brasília, 21 de maio de 2025

PARECER Nº 0777/2025/SIGAP/MF

Trata-se de análise do Requerimento de Autorização **no 0062/2024**, apresentado pela **SELECTION OPERATIONS LTDA**, CNPJ: **56.875.122/0001-86**, para atuar como agente operador de apostas no território nacional, visando à exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, em conformidade com o disposto na Lei no 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na Lei no 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e na Portaria SPA/MF no 827, de 21 de maio de 2024.

ANÁLISE TÉCNICA DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART. 14:

Nos termos do art. 14 da Portaria SPA no 827, de 2024, os seguintes comprovantes poderão ser apresentados no prazo de até trinta dias, contado da data de notificação para pagamento:

I - pagamento pela outorga de autorização de que trata o inciso I do *caput* art. 5o, observado o disposto no art. 16;

II - constituição da reserva financeira de que trata o inciso III do *caput* do art. 11;

III - integralização em moeda corrente do capital social mínimo de R\$ 30.000.000,00, de que trata o inciso IV do *caput* do art. 11, assim como a declaração de origem lícita dos recursos que compõem o capital social de que tratam as alíneas "b" do inciso II e "b" do inciso III do *caput* do art. 10;

IV - patrimônio líquido mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de que trata o inciso V do *caput* do art. 11;

V - certificado técnico de que trata o inciso I do *caput* do art. 12, no caso das pessoas jurídicas requerentes que tenham apresentado o protocolo de solicitação; e

VI - implantação do sistema de atendimento aos apostadores de que trata o inciso III do *caput* do art. 12.

O presente Parecer tem por objetivo avaliar a documentação encaminhada pela requerente visando à comprovação dos requisitos constantes dos incisos I e II do *caput* do art. 14, que tratam respectivamente do pagamento da outorga e da constituição da reserva financeira, conforme abaixo:

I – Pagamento pela Outorga de Autorização:

Importante registrar que, por meio do Informe SPA no 0002/2024, anexo neste Processo Sigap, a SPA/MF encaminhou às requerentes detalhamento da documentação que deverá ser apresentada a fim de comprovar cada um dos requisitos constantes do art. 14. No caso

do pagamento pela outorga de autorização, foi estabelecido que a requerente deve apresentar:

1. Comprovante bancário de recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional do montante de R\$ 30 milhões por ato de autorização, observadas as instruções constantes do art. 17 da Portaria SPA/MF no 827, de 2024.

Em atendimento às orientações da SPA/MF, os representantes legais da requerente encaminharam comprovante de pagamento, no valor de R\$ 30 milhões, de 29 de janeiro de 2024 (PGT209).

Paralelamente, por meio de acesso ao Sistema de Gestão do Recolhimento da União – SISGRU, foi possível emitir extrato de recolhimento do recolhimento pela requerente, no valor de R\$ 30 milhões, na data informada. Ademais, o pagamento também é confirmado por meio de apuração especial registrada na Ação SIGAP 35, de 9 de abril de 2025, Identificador GRU 20251706280004821708.

II - Constituição da Reserva Financeira:

Em relação à constituição da reserva financeira, o Informe SPA/MF no 002/2024 estabeleceu que a requerente deve apresentar:

1. Extrato da posição de custódia no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic da Conta Reserva Financeira - Agente Operador de Apostas (Código 037), nos termos do Anexo III da Instrução Normativa BCB no 506, de 29 de agosto de 2024;

2. Caso o saldo integral ou parcial da Reserva Financeira esteja aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, apresentar Extrato dos compromissos existentes entre a requerente e a instituição financeira custodiante na data do Extrato da posição de custódia da Conta Reserva Financeira; e

3. Declaração assinada digitalmente pelo representante legal da instituição financeira custodiante com o valor de mercado total dos títulos públicos federais que integram a Reserva Financeira, calculado para a data do Extrato da posição de custódia, tendo por base os preços unitários divulgados diariamente pelo Banco Central do Brasil.

Em atendimento, a requerente encaminhou Extrato da Posição de Custódia no Selic de 16/05/2025, com menção à denominação social e CNPJ da requerente, cliente individualizado do participante da [REDACTED], onde consta uma carteira na reserva financeira de [REDACTED]

Além disso, consta do Processo declaração da instituição financeira custodiante de que o saldo da reserva financeira em 04/02/2025 era de [REDACTED], acima portanto do mínimo requerido de R\$ 5.000.000,00 (RFI365).

Consta do Processo ainda o Formulário RFI268, firmado entre a requerente e a [REDACTED], de observância das regras gerais relativas às transações de pagamento.

CONCLUSÃO:

A análise técnica da documentação complementar encaminhada pela requerente em resposta à notificação de pagamento de que trata o art. 16 da Portaria SPA/MF no 827, de 2024, permite concluir que os requisitos constantes dos incisos I e II do art. 14, que tratam respectivamente do pagamento da outorga e da constituição da reserva financeira, foram atendidos.

Diante do exposto, sugere-se que as conclusões do presente Parecer Técnico sejam utilizadas como subsídio ao parecer final da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.



Nota Técnica SEI nº 1940/2025/MF

Assunto: **Autorização para exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa.**

Senhora Subsecretária,

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A presente Nota Técnica tem por objetivo recomendar a autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa da **SELECT OPERATIONS LTDA., CNPJ: 56.875.122/0001-86, Requerimento SIGAP nº 0062/2024**, em conformidade com a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e a Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024.

PORTARIA SPA/MF Nº 827/2024

2. A Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, dispõe sobre as regras e as condições para obtenção da autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa por agentes econômicos privados em todo o território nacional, visando regulamentar o disposto no art. 29 da Lei nº 13.756, de 2018, e nos arts. 4º a 13 da Lei nº 14.790, de 2023.

3. A fase preliminar de análise técnica dos requerimentos de autorização se restringe ao exame dos documentos apresentados em cumprimento aos arts. 8º a 12 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, distribuídos conforme as categorias estabelecidas nos incisos I a V do art. 7º:

"Art. 7º O requerimento para obtenção de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa será acompanhado dos documentos que comprovem a:

- I - habilitação jurídica;
- II - regularidade fiscal e trabalhista;
- III - idoneidade;
- IV - qualificação econômico-financeira; e
- V - qualificação técnica."

4. Atendidos os requisitos da fase de análise preliminar, o que se atesta por meio da elaboração de pareceres técnicos específicos no Sistema de Gestão de Apostas - SIGAP, os processos são encaminhados à anuência do Ministério do Esporte - Mesp, em observância à Portaria Interministerial MF/MF/AGU nº 28, de 2024.

5. Após manifestação do Mesp, dá-se início à fase final do processo de autorização, sendo a requerente notificada a realizar o pagamento da outorga e a comprovar o atendimento aos requisitos constantes do art. 14:

"Art. 14. Os seguintes comprovantes poderão ser apresentados no prazo de até trinta dias, contado da notificação de que trata o caput do art. 16, observado o disposto no art. 25:

- I - pagamento pela outorga de autorização de que trata o inciso I do caput art. 5º, observado o disposto no art. 16;
- II - constituição da reserva financeira de que trata o inciso III do caput do art. 11;
- III - integralização em moeda corrente do capital social mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta

milhões de reais) de que trata o inciso IV do caput do art. 11, assim como a declaração de origem lícita dos recursos que compõem o capital social de que tratam as alíneas "b" do inciso II e "b" do inciso III do caput do art. 10;
IV - patrimônio líquido mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de que trata o inciso V do caput do art. 11;
V - certificado técnico de que trata o inciso I do caput do art. 12, no caso das pessoas jurídicas requerentes que tenham apresentado o protocolo de solicitação; e
VI - implantação do sistema de atendimento aos apostadores de que trata o inciso III do caput do art. 12."

6. Finalmente, desde que cumpridos todos os requisitos regulamentares, incluído o pagamento da outorga de R\$ 30 milhões por ato de autorização, a autorização é deferida nos termos do art. 18:

"Art. 18. Após o pagamento da outorga de autorização, desde que comprovado o atendimento aos incisos I a VI do caput do art. 14, a autorização será deferida por meio de publicação de portaria de autorização no Diário Oficial da União."

RECOMENDAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

7. A fim de avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos na fase final do processo de autorização, relativos ao art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, foram novamente produzidos pareceres técnicos específicos no SIGAP, tendo por base o Informe SPA/MF nº 002 (47351740). O exame dos certificados técnicos dos sistema de apostas de que trata o inciso V do art. 14 ficou a cargo da Coordenação-Geral de Sistemas - CGS, vinculada à Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização.

8. Assim, após avaliação da documentação apresentada pela requerente, entende-se que SELECT OPERATIONS LTDA., CNPJ: 56.875.122/0001-86, Requerimento SIGAP nº 0062/2024, cumpriu todas as exigências legais e regulamentares, em especial os arts. 7º a 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, inclusive o pagamento da outorga de R\$ 30 milhões por ato de autorização, estando apta a obter a autorização definitiva para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa em todo o território nacional pelo prazo de 5 anos, contado da publicação do ato de autorização.

9. Desse modo, recomenda-se a publicação de ato de autorização tendo por base os termos abaixo, conforme informações do Anexo I (50862516):

- a) Denominação Social: SELECT OPERATIONS LTDA.;
- b) CNPJ: 56.875.122/0001-86;
- d) número da solicitação: 0062/2024;
- c) Marcas comerciais: MMA, BETVIP e PAPIGAMES;
- d) Segmentos: temática esportiva e jogos on-line conjuntamente, para as 3 marcas referidas; e
- e) Modalidades: física e virtual conjuntamente, para as 3 marcas referidas.

10. Ressalte-se a necessidade de confirmação prévia junto à CGS da aprovação dos domínios "bet.br" relativos às marcas comerciais a serem exploradas pelo novo agente operador.

CONCLUSÃO

12. Frente ao exposto, sugere-se o encaminhamento da presente Nota Técnica ao Gabinete da Secretaria de Prêmios e Apostas para as providências pertinentes, com recomendação de publicação do ato de autorização da SELECT OPERATIONS LTDA., CNPJ: 56.875.122/0001-86, Requerimento SIGAP nº 0062/2024, observada a necessidade de eventuais providências decorrentes dos itens 10 e 11.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

EMERSON LUIZ GAZZOLI

Coordenador de Autorização de Apostas

Documento assinado eletronicamente

ANDRÉ GARCIA

Coordenador-Geral de Autorização de Apostas

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

DANIELA OLIMPIO DE OLIVEIRA

Subsecretária



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Luiz Gazzoli, Coordenador(a)**, em 21/05/2025, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Gonçalves Garcia, Coordenador(a)-Geral**, em 21/05/2025, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Olimpio de Oliveira, Subsecretário(a)**, em 21/05/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50861416** e o código CRC **FAF21F35**.

Referência: Processo nº 19995.010045/2024-41.

SEI nº 50861416